

Ética e Sociedade da Informação e Conhecimento

José Manuel Moreira

Universidade de Aveiro

jmmoreira@csjp.ua.pt

Resumo

O texto faz uma aproximação entre as TICs e a ética a partir da relação entre informação, conhecimento e empresarialidade, mostrando de que modo as novas tecnologias e a sociedade da informação e do conhecimento mais do que ao pior podem constituir-se como incentivo ao bem e à melhoria da civilização. Por isso se conclui que o mal não deriva da(s) tecnologia(s) em si mesmas, mas das livres escolhas das pessoas enquanto seres humanos que podem preferir o mal ao bem. O problema não está na tecnologia, mas na forma como é usada. A questão, mais do que tecnológica, é ética. A importância da dimensão ética dos grandes problemas humanos não se alterou substancialmente com as novas tecnologias da informação, apenas mudou a forma de a equacionar. É verdade que o alargamento do campo de escolha potencia os vícios, mas também as oportunidades para as virtudes humanas se exercitarem de modo a que o bem da humanidade possa levar a melhor.

Palavras-chave: conhecimento, ética, economia, informação e liberdade.

“Devemos considerar o sistema de preços como um mecanismo para comunicar informação se é que queremos compreender a sua verdadeira função. É mais que uma metáfora descrever o sistema de preços como um sistema de telecomunicações”
(Hayek)

1. O problema da denominação: sociedade post-industrial?

Não é fácil definir a sociedade actual. Diferentes autores propõem formas distintas de categorizar a nova realidade a partir da qual emerge a Revolução das Tecnologias da Informação. O conceito está ainda em construção, daí que se assista a uma luta entre várias denominações: era, economia ou sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem; sociedade informacional ou em rede; e mesmo sociedade post-industrial ou post-moderna.

Podemos ainda assim perguntar-nos por que existem tantas denominações frente à realidade? Segundo De Masi [2000] é natural – o mesmo ocorreu a respeito da definição de “sociedade industrial” – que se produza um desfasamento entre a entrada da humanidade numa nova época, e a sua conceptualização a partir da percepção da mudança e da identificação do elemento essencial na base da qual a sociedade pode ser rotulada. É isso que leva De Masi a preferir a denominação “sociedade post-industrial”, já que não há consenso em torno de um único factor central para definir a realidade. Já Kumar [1997] afirma que a diferente terminologia responde à existência de distintas teorias da sociedade post-industrial, dentro das quais se podem classificar os autores segundo as suas concepções ideológicas (liberal, marxista, etc.).

Lastres [2000] defende que a diversidade na caracterização é proporcional à variedade de abordagens de autores provenientes de distintas áreas, de maneira que cada um colocaria a ênfase em distintos elementos. Uma autora que nos fornece uma contribuição muito esclarecedora quanto aos diferentes termos para definir a nova ordem, procedentes da área da economia: economia da informação, do conhecimento, da inovação permanente, da aprendizagem, de rede, etc.

Mesmo assim podemos concluir – com base em Bergonzelli e Colombo [2006] - que em todas estas denominações se observam convergências analíticas, já que existe consenso em identificar a informação, o conhecimento ou as novas tecnologias como elementos fundamentais, e o acesso a tais elementos como factores determinantes na competitividade entre nações, empresas e indivíduos.

Com a denominação “Sociedade da Informação e Conhecimento” pretende-se acentuar a importância das TIC na transformação da forma de gerar, tratar e distribuir informação, e o modo como se intensificou a velocidade da comunicação, armazenamento e transmissão da mesma a nível global e a baixo custo, produzindo uma mudança fundamental nas formas tradicionais de investigação, produção e consumo da economia (Lemos, 1999).

2. Mercado, conhecimento e ética

Acresce que a importância das TIC e das mudanças que implicou devem ser vistas a par do carácter crucial de uma distinção entre dois tipos de conhecimento: articulado e tácito. Esta distinção, feita a partir das ideias de Polanyi [1959], é fundamental para a compreensão da economia global e uma aproximação a uma ética para uma sociedade cada vez mais globalizada. Onde mercado e informação ganham centralidade graças aos contributos da escola austríaca de economia.

É sabido que as primeiras ideias e escolas económicas (‘clássicas’) enfatizavam o reino da quantidade (quantidade de moeda, quantidade de bens, quantidade de trabalho). Só no fim do século passado, as coisas se alteraram, passando a considerar-se que o ‘valor’ poderia estar mais na apreciação dos homens sobre o objecto do que na quantidade de ‘algo’ contido no objecto. Foi assim que as teorias *objectivistas* deram lugar às *subjectivistas*, que colocam no centro da análise económica, já não as coisas, mas as pessoas.

Só que com o tempo a ‘síntese neoclássica’, por razões que não cabe aqui averiguar, deixou de relacionar a economia com o comportamento das pessoas, e tornou-se puramente analítica: *a economia passou assim a ser uma disciplina que trata do comportamento das mercadorias*. Felizmente, nas últimas décadas do séc. XX a reabilitação da tradição austríaca permitiu a um crescente número de economistas dar-se conta de que a matéria-prima da nossa ciência não são primariamente coisas objectivas (matérias primas, trabalho, bens, serviços, etc.), mas entes subjectivos de tipo espiritual (ideias, valores, conhecimento, informação, etc.).

Estamos, por isso, agora em melhores condições de dar conta de que os verdadeiros factores económicos não são coisas tangíveis, mas intangíveis. Foi assim que descobrimos que é no ser humano, nas suas capacidades, que está a principal causa do desenvolvimento económico e humano: a fonte da riqueza não é outra senão o saber colocar à disposição dos outros os nossos próprios talentos, aquilo em que se tem vantagem, as diferenças específicas ou competências.

Fala-se hoje muito, e bem, numa sociedade de informação mas sem, ao mesmo tempo, se atender que o essencial da decisão empresarial não está na quantidade de informação.

Mais: num mundo em que a informação cresce 200 mil vezes mais depressa do que a população corre-se o risco de saturação da informação, de a acumulação de lixo informático esconder as questões essenciais. Um risco de que cada vez mais conferencistas dão mostras, a ponto de ironicamente já se definir o conferencista como alguém que dá muita informação e fala mesmo com precisão, mas não resolve o problema.

Urge dar conta de que, no mundo económico e empresarial, o importante não é tanto a quantidade de informação mas a percepção da informação relevante (para uma decisão específica), que, inclusive, pode não se possuir, mas saber-se onde ir buscar.

O problema, mais do que o custo de informação, é de coordenação dos saberes e da informação, e também dos valores e expectativas das pessoas.

É tempo de perceber que o mercado são pessoas e relações entre pessoas e não entre forças impessoais ou mecânicas. Dito de outra forma, talvez mais rigorosa, o mercado são relações entre pessoas que trocam bens e serviços. O que significa que a economia, melhor, a economia de mercado (dado que, se a actividade económica expressa relações livres entre homens, não pode haver outro tipo de economia: a filosofia da economia é, por isso, quer se queira ou não, 'cataláctica'), é contrato e escolha em liberdade.

É bom que todos os participantes no mercado se possam dar conta de que a razão da superioridade em eficiência da ordem de mercado e das suas empresas coincide com a sua excelência ética ou moral, e também que os custos de coordenação entram na composição dos preços. Há que reconhecer que os preços dependem tanto das expectativas como dos valores éticos e integradores.

Assim se explica que, ao (sempre inicial) reino da quantidade, se tenha seguido a exigência da qualidade dos produtos e serviços. Mas, para que este mundo se torne realidade, é bom não esquecer que a qualidade dos produtos e a absoluta primazia do valor humano do 'serviço', repousa em última instância na qualidade das pessoas. Tem, pois, toda a razão Covey para desejar que a concorrência se dê entre pessoas com competência e carácter, e nós a certeza de que, se assim for, podemos ter *confiança* no século XXI [Moreira, 1999:24-26].

3. Informação, conhecimento e empresarialidade: uma aproximação à ética

A "especificidade da abordagem austríaca da economia"[Alves, 2005] é inseparável da relação entre informação, conhecimento e empresarialidade. Para os austríacos a informação e conhecimento relevantes para o exercício da função empresarial implicam antes de mais o reconhecimento que esse conhecimento é subjectivo de tipo prático e não de natureza científica. Um conhecimento sobre avaliações humanas concretas, ou seja, tanto dos fins pretendidos pelo agente, como dos fins que ele acredita serem pretendidos por outros agentes. Mas também um conhecimento prático sobre os meios que o agente acredita ter ao seu alcance para atingir os seus fins, em particular sobre todas as circunstâncias, pessoais ou não, que o agente considera que podem ser relevantes no contexto de cada acção concreta (Huerta de Soto, 2005:75-76).

Ora, como bem lembra Huerta de Soto, esta distinção entre "conhecimento prático" e "conhecimento científico" corre paralela à distinção de Hayek entre "conhecimento disperso" e "conhecimento centralizado" e à de Polanyi [1959: 24-25] entre "conhecimento tácito" e "conhecimento articulado".

Não cabe aqui tratar da complexidade da relação entre estes dois tipos de conhecimento mas importa salientar com Polanyi [1959:24-25] que o conhecimento tácito é o princípio dominante de todo o conhecimento, incluindo como veremos o respeitante à moral.

A impossibilidade de articular o conhecimento manifesta-se não só "estatisticamente", no sentido de que toda a informação aparentemente articulada apenas pode ser interpretada graças a um conjunto de crenças e conhecimentos prévios não articuláveis, mas também dinamicamente, uma vez que o processo mental utilizado para levar a cabo qualquer intenção de articulação formalizada é essencialmente, em si mesmo, um conhecimento tácito e não articulável. [Huerta, 2005: 80]

Outro tipo de conhecimento não articulável que desempenha um papel essencial no desenvolvimento da sociedade é o constituído pelo conjunto de hábitos, tradições, instituições e normas jurídicas e morais que constituem o direito e tornam possível a própria sociedade. Nós, seres humanos, aprendemos a obedecer a esse conjunto de regras sem que sejamos capazes de teorizar ou explicitar com detalhe o papel

específico que é cumprido por essas normas e instituições nas diferentes situações e processos sociais em que intervêm. O mesmo se pode dizer em relação à linguagem. Dito de outro modo o conhecimento é, na sua maior parte, um conhecimento do tipo tácito não articulável: o agente sabe como fazer ou efectuar determinadas acções (*know how*), mas não sabe quais são os elementos ou componentes do que está a fazer. Para saber jogar golf, pretende adquirir hábitos práticos de conduta, mas dispensa conhecimentos das fórmulas da física matemática. O mesmo para o ciclista que, para andar, precisa de saber utilizar bem o seu “sentido de equilíbrio” para não cair, mas não precisa de estar consciente dos princípios físicos em que a sua habilidade se baseia [Huerta, 2005:78-79].

Como, em nota sobre a evolução, nos diz Hayek: “Em ordem a viver com êxito e alcançar os próprios fins num mundo que só parcialmente é entendido, é tão importante obedecer a certas normas inibidoras, que impedem que uma pessoa se exponha ao perigo, como entender as regras com que funciona este mundo. Os tabus ou regras negativas que actuam através da acção paralizadora do medo, constituem-se como um tipo de conhecimento do que não se deve fazer. Uma informação sobre o meio não menos significativa do que qualquer conhecimento positivo dos atributos dos objectos desse meio. Enquanto este último nos permite predizer as consequências das acções particulares, os primeiros indicam-nos que não se deve empreender certo tipo de acção. Tanto quanto as regras normativas consistem em proibições, como provavelmente ocorre com a maioria delas antes de serem interpretadas como “ordens” de outra vontade, o tipo de regra “não farás” pode considerar-se não muito diferente, no fim de contas, das regras que nos informam sobre o que é”.

A possibilidade que aqui se contempla - como refere Hayek - não é a de que todas as regras normativas se podem interpretar como regras descritivas ou explicativas, mas que as últimas só podem ser significativas dentro de uma estrutura de um sistema de regras normativas.

Afirmações que permitem perceber melhor de que forma as regras morais e até os preços constituem um processo de criação e transmissão de informação mas também de coordenação e ajustamentos [Huerta de Soto, 2005:84-94].

Mas há uma outra implicação. É a de que grande parte da informação específica que se encontra ao alcance de qualquer agente só pode ser aproveitada por este se for livre para tomar as suas próprias decisões. De facto, uma adequada compreensão do papel que desempenha a transmissão de informação (quer dizer o conhecimento concreto em torno das circunstâncias concorrentes) constitui a chave para entender o funcionamento das ordens alargadas. Encontramo-nos, contudo, face a questões eminentemente abstractas cuja compreensão resulta especialmente difícil para quantos foram formados de acordo com os cânones racionalistas até agora prevalecentes nos enfoques mecanicistas, cientistas e construtivistas, a que tão permeáveis foram os nossos sistemas educativos e que, portanto, tão escassa atenção dedicaram aos avanços alcançados no estudo das ciências biológicas, económicas e da evolução. Daí a nossa dificuldade em resistir à moral utilitarista. Assim se explica a insistência de Hayek numa citação de Hume: “as normas morais ... não são conclusões da razão.” [1997:8 e 88]

4. Mercado, internet e moralidade

Face ao crescimento do mundo das novas tecnologias, em especial a Internet, somos muitas vezes levados a supor que abertura à ameaça de muitos e novos caminhos errados e imorais se torna crescente e imparável. Da pirataria informática à pornografia e às novas modalidades de terrorismo, sem esquecer a propaganda racista e o hacking, é um mundo sem fim de perigos ameaçadores que ligamos a Internet. Gabb [2004] pretende contrariar esta visão apocalíptica e mostrar em que

medida a Internet pode constituir-se como base para a reabilitação da vida moral no nosso século.

Para tal, procura explorar as relações entre Internet e a vida moral. Como se sabe a Internet começou por ser um meio de troca e comunicação de informação interna dentro do sistema de defesa norte-americano. E só no terceiro terço do século XX se desenvolveu a ponto de se transformar em elemento central no nosso quotidiano: desde a política à economia, e à cultura e negócios, sem esquecer a crescente importância dos sistemas de segurança e defesa, do comércio electrónico e mesmo o impacto ao nível do nosso relacionamento pessoal. Um mundo em que a Internet em tudo interfere, modifica e transforma. Não será assim de estranhar que tenha implicações também na evolução e “construção” de uma sociedade mais preocupada com a moral. Gabb apresenta três razões para esse impacto: uma indirecta e duas directas.

Contribuir para atenuar as imperfeições do mercado é a primeira (indirecta) razão. A abordagem neoclássica visa um estado de equilíbrio economicamente racional assente num certo número de pressupostos irrealistas acerca do mundo: modelo de concorrência perfeita que implica consumidores perfeitamente racionais e existência de empresas maximizadoras do lucro que operam em mercados perfeitamente competitivos. Tudo isto sem esquecer a ideia de que todos os produtos são suficientemente homogêneos para serem vendidos a um único preço e que toda a informação a respeito dos preços e das possibilidades técnicas está livremente disponível para todos os participantes no mercado, de que é sempre fácil entrar e sair. Em suma, bens, trabalho e capital podem mover-se livremente entre mercados.

Embora, como mostram os economistas austríacos, esta teorização seja irrealista. Os consumidores não são perfeitamente racionais: falham na análise das suas preferências e ignoram quase tudo a não ser uns tantos produtos e preços alternativos. E não são muitos os mercados perfeitamente competitivos. Os mercados são geralmente dominados por uns poucos compradores ou vendedores.

Seja como for a verdade é que a Internet contribuiu para tornar alguns destes pressupostos da economia neoclássica mais realistas. Informação mais barata e mais prontamente disponível torna os mercados mais competitivos ao mesmo tempo que, ao aproximar produtores e consumidores, vendedores e clientes, facilita a divulgação de novos produtos e incentiva inovações.

Na linha do melhor da tradição austríaca, Gabb também nos diz que a realidade económica assenta numa imperfeita distribuição do conhecimento. Mesmo que toda a informação requerida estivesse disponível no decorrer do processo de mercado haveria sempre consumidores a mudar de preferências e novos produtos e novos métodos de produção a ser descobertos.

Dito de outro modo: os mercados (tanto tradicionais como novos) são imperfeitos, ou seja, perfeitamente humanos. Por isso, a forma apropriada de melhorar a eficiência económica é através da concorrência, vista com um centro de informação no qual os indivíduos, ao terem as suas expectativas frustradas, são motivados a adaptar-se, contribuindo assim para o aperfeiçoamento do mercado.

Acresce que, quer pela via da intensificação do funcionamento dos mercados tradicionais, quer pelo incentivo à criação de mercados completamente novos, a Internet – como acontece nas vendas e leilões *on line* – aproxima especialistas e clientes comuns, tornando assim os mercados mais eficientes e mais guiados e orientados para o consumidor, mas também incentiva a moralidade.

Na medida em que a moralidade implica escolha, e o alargamento dos mercados significa alargamento das possibilidades de escolha, incluindo a escolha moral, podemos dizer que a Internet implica o alargamento da moralidade.

Deste modo, a Internet, ao tornar possível uma maior liberdade de escolha, está a criar condições para uma ordem social mais moral.

Importa aqui lembrar, na linha de Gabb, que a liberdade de escolha é inseparável da propriedade privada. O que significa que para podermos escolher (e assim exercer a moral) temos que ter. A propriedade privada é aquilo que nos habilita à livre escolha de que a moralidade procede.

Percebe-se assim que os mercados, à medida se tornam mais eficientes, gerem mais riqueza e a propriedade aumenta, possibilitando que, indirectamente, aumente também a liberdade de escolha que é uma condição para efectuar escolhas mais esclarecidas e morais.

Aqui entra a segunda razão. A Internet não só facilita a escolha como é no essencial uma questão acerca da escolha. Podemos dizer que a moralidade significa que, embora se tivesse a liberdade para fazer aquilo que está errado, se escolhe fazer o que é correcto [Gabb: 155].

Vamos à terceira razão: a Internet como força moral na esfera pública na medida em que pode “obrigar” figuras públicas a comportar-se de acordo com o que se pode considerar ser um comportamento mais moral. A pressão aqui *não* é a força legal positiva que as autoridades morais querem que se faça quando falam acerca de tornar as pessoas melhores. O que aqui está implícito é a força pública negativa para desaprovar, neste caso desaprovar, antes de mais, por via da informação tornada disponível na Internet. O que, num segundo momento, levará por certo à diminuição de autonomia moral da figura pública exposta.

A este propósito convirá fazer uma distinção entre autonomia moral e liberdade. Liberdade no sentido clássico existe quando as acções não são influenciadas por qualquer tipo de violência ou fraude. A autonomia moral pode ser reduzida pela desaprovação pública, ou, ao invés, aumentada pela aprovação. O que é bastante desmoralizador é quando a desaprovação pública é suficientemente forte e feroz para levar as pessoas a não fazer o que realmente querem fazer, quando no fundo não prejudicariam ninguém.

Mesmo assim, Gabb considera que as críticas em relação à suposta tirania da opinião pública podem ser eventualmente exageradas, por isso afirma:

“Permitam que as pessoas sejam livres na vida privada ou que surja um amplo leque de alternativas de emprego e diversidade de vizinhanças, que esta tirania será moderada, ou mesmo evitada. Os verdadeiros alvos da desaprovação pública são aqueles que, por qualquer razão, se tornaram figuras públicas e logo a seguir prevaricaram dando mostras de incoerência. Estas são as pessoas que mais sofrerão com intenso escrutínio propiciado pelos holofotes da Internet.” [Gabb:157]

5. Pressão moral e renascimento dos media

Entre os alvos privilegiados da desaprovação estão empresários, políticos e, naturalmente, as pessoas ligadas aos media. Em que medida a presença da Internet altera para melhor o comportamento eventualmente imoral das figuras públicas?

Gabb acha que tendencialmente isso acontece porque as pessoas capazes de cometer imoralidades poderão reduzir a sua autonomia moral se perceberem que os seus comportamentos poderão estar mais a descoberto e, portanto, ameaçados por possível punição legal.

Acresce que o estatuto destas pessoas assenta na aprovação dos outros. Ora, quando elas reclamam a aprovação pública, os fundamentos com os quais essa aprovação é reclamada tornam-se matérias legítimas de escrutínio público. E a Internet é, aqui, muito útil para que esses fundamentos sejam investigados e para que os resultados desse escrutínio sejam expressos e divulgados.

Ora, os media estabelecidos estão longe de assumir esta salutar função. É aqui que a Internet entra, ao permitir regressar à liberdade de expressão em assuntos de importância pública. Talvez seja exagerado dizer-se que os media, tal como foram idealizados e como funcionavam no início do século XX, serviam como o maior veículo

de informação, isento e imparcial, para disponibilizar fontes credíveis de conhecimento às pessoas sobre muito do que se passava à sua volta. Mas a verdade é que com o tempo parece terem perdido imparcialidade e cedido a muitos dos interesses económicos e políticos que sobre eles exercem pressão para ocultar, modificar ou mesmo criar certos factos que favorecessem determinados poderes, ideias ou instituições.

A informação e o conhecimento tornaram-se crescentemente importantes na vida económica e política e muitas vezes são mesmo determinantes para o sucesso de uma política ou organização, bem como para a preservação de uma dada figura pública. Mas tal não justifica que, num crescente número de peças noticiosas, a informação sempre venha acompanhada com opinião “apensa”.

Felizmente, a Internet pode ajudar a mudar isto. Se é verdade que a informação totalmente isenta é uma miragem, a Internet facilita que cada vez mais pessoas estejam em condições de saber o que está a acontecer ao mesmo tempo que permite que a nossa opinião chegue directamente a milhões de pessoas. Deste modo, o cidadão comum pode mais facilmente formar e emitir a sua opinião e visão dos factos sem ter de estar sujeito apenas aos clássicos meios de informação. A Internet ao alargar a nossa liberdade de escolha, permite a cada um de nós formar de modo mais pleno a sua convicção do que considera estar mais perto da verdade.

6. Liberdade de escolha e merecimento moral

S. Tomás de Aquino costumava afirmar que as convicções pessoais apenas podem visualizar ou serem conformes a parte da verdade, mas tal afirmação não o impede de dizer que a verdade existia de *per si*, e que por isso é dever moral de cada um de nós seguir a convicção individual se bem formada.

Podemos concluir que, na medida em que a Internet e as TICs, em geral, incentivem “a causa da verdade e nos prevenirem daqueles que procuram a nossa confiança para abusar dela, estamos a mover-nos não apenas para uma nova era onde a pornografia e o ódio estão livremente disponíveis, mas também para um mundo melhor e mais moral”.(Gabb:159)

Sabemos que o mundo da World Wide Web nos abre ao perigo e ao pior que tem a espécie humana mas também incentiva ao bem e à melhoria da civilização ao despertar as nossas consciências para a importância da transparência dos mercados e também da vida política. Ao mostrar a importância do cumprimento das regras de jogo e ao tornar mais transparentes as instituições está a incentivar as boas práticas e a boa governação criando assim condições para um mundo mais moral e civilizado em todos os campos do humano desde o económico ao político, desde o global ao local. E tudo isto sem que o interesse colectivo da sociedade se faça à custa da liberdade e singularidade do indivíduo.

Uma sociedade que desconhece que cada indivíduo tem o direito a seguir as suas preferências pessoais, carece de respeito pela dignidade do indivíduo e pela essência da liberdade. É, contudo, também verdade que numa sociedade livre a estima do indivíduo depende do uso que este faça da liberdade.

A estima moral careceria de significado sem liberdade. Como nos diz Milton [1907: 18], “Se cada acção boa ou má de um homem de idade madura estivesse debaixo de limitações, prescrições ou coacções, o que seria a virtude senão um nome? Que merecimento se deveria atribuir às boas obras? Que mérito ao justo, ao sóbrio, ao continente?”

Como lembra Hayek, a concepção do mérito moral como dependente da liberdade foi sublinhada por alguns dos filósofos escolásticos, e de novo muito salientada na

literatura clássica alemã. F. Schiller é disso um bom exemplo: “O homem deve desfrutar da liberdade a fim de estar preparado para a moralidade” [Hayek, 1991:102-103].

Tal significa que as novas tecnologias, ao alargarem a liberdade (de fazer o mal e o bem), ampliam a responsabilidade de cada um de nós, na medida em que a liberdade é uma oportunidade para fazer o bem mas também para fazer o mal.

O facto de uma sociedade livre funcionar com êxito só se os seus indivíduos se deixarem guiar em certa medida por valores comuns é, quiçá a razão pela qual os filósofos definiram às vezes a liberdade como acção conforme às regras. Contudo, tal definição pode ser vista como uma negação da liberdade que mais nos importa: “A liberdade de acção, que constitui a condição do mérito moral, incluindo em si mesma a liberdade de actuar mal. Nós só louvamos ou censuramos quando a pessoa tem oportunidade de escolher, quando o seu acatamento de uma norma não se obtém pela força, mas pela decisão voluntária” [Hayek, 1991: 103].

7. TIC: uma oportunidade ou uma ameaça?

As novas tecnologias não são um património exclusivo dos sistemas democráticos de governo, mas pode-se dizer que onde melhor ganham raízes e dão fruto é num ambiente em que existem regras de jogo claras e estáveis (império da lei), liberdade de expressão, associação e participação, e direitos de propriedade claramente definidos [Alves e Moreira, 2005].

É com regimes democráticos representativos que a revolução tecnológica, expressa principalmente pela Internet, pode levar por diante uma significativa diminuição de interferências entre governantes e governados, retirando poder a todos aqueles grupos de interesse que, enquistados na base dos órgãos de governo, desviam a sua atenção, consomem as suas energias e se apoderam da sua agenda de trabalho. Na verdade, a Internet é um poderoso equilibrador de poder, mas não no sentido em que se costuma entender. O maior poder que têm as pessoas, a partir do momento em que dispõem desse instrumento, não provém dos órgãos representativos do governo, mas dos seus vícios e malformações.

Ora esta diferença, que poderia parecer apenas semântica, é, de facto, central. No sector privado esta revolução deu-se exactamente da mesma maneira, retirando poder não tanto às empresas produtoras de bens e serviços (que são as que genuinamente velam pela satisfação das nossas necessidades como consumidores) mas fundamentalmente às instituições intermediárias que beneficiavam da menor transparência e disponibilidade de informação.

Como nos diz Segura [2004: 42], do mesmo modo que essa diminuição de interferências fez baixar os preços e criou condições para uma nova relação entre produtores e consumidores, que agora operam num ambiente mais limpo e directo, o mesmo se deverá passar entre governantes e governados, à medida que essas tecnologias possam interactuar de maneira mais “adulta”. Poderia pensar-se que nem as empresas de produção primária (sejam bens ou serviços) nem a democracia representativa correm o risco de ser substituídas na sua tarefa. Mas é justamente o contrário. Agora podem fazê-lo com mais energia e vontade, avisados, contudo, de que estão frente a consumidores e eleitores muito mais exigentes.

É por isso que confrontado com a pergunta se a Internet é para a democracia uma oportunidade ou uma ameaça, Segura se inclina mais para a primeira opção, mas não por causa dos argumentos vazios de conteúdo (e de exemplos) que anunciam o advento da era da democracia directa (falsamente chamada ateniense) ou do reino do governo do povo ao estilo jeffersoniano. O argumento baseia-se mais no facto de a Internet colocar à disposição dos utilizadores (que hoje são centenas de milhões e continuarão a ser mais muitos milhares todos os dias) um caudal de comunicação incomensurável de que antes não dispúnhamos, e que isso, a longo prazo, redundará

num eleitorado mais instruído que o actual, e por isso mais exigente e, no mínimo, menos condescendente com favores e a corrupção em geral.

Um processo que não deverá parar. Daí que conclua, dizendo entender parte das ameaças que estas novas tecnologias podem significar para um Estado democrático (ainda que muitas sejam difíceis de imaginar). “Penso que esse é um risco de uma mudança de grande amplitude como esta. Penso, contudo, que no final desta história e depois das várias experiências a que se exponha o sistema, uns num extremo a favor da teoria do governo do povo, e outros no extremo oposto a favor da teoria do Estado “Grande Irmão” (o Estado que tudo vê e tudo controla), a sociedade poderia sair enormemente beneficiada, encontrando um equilíbrio no que chamo uma relação adulta, madura, responsável para todas as partes por igual [Segura, 2004: 43].

O mesmo se pode dizer em relação à sociedade civil. Apesar do cepticismo sobre os méritos das novas tecnologias – e dos perigos do e-mail e da Internet nomeadamente no que se refere à identidade [Harper, 2006:155-198] despersonalização da vida humana e seus relacionamentos - podemos dizer que a idolatria das tecnologias ocorreu em todas as épocas. Também aqui, de novo, se devem evitar dois extremos: idealizar o mundo “natural” e cair no endeusamento do mundo da ciência e da técnica, o “cientificismo”.

8. Conclusão

Podemos dizer que o mal não deriva da(s) tecnologia(s) em si mesmas, mas das livres escolhas das pessoas enquanto seres humanos que podem preferir o mal ao bem. O problema não está na tecnologia, mas na forma como é usada. A questão, mais do que tecnológica, é ética. A importância da dimensão ética dos grandes problemas humanos não se alterou substancialmente com as novas tecnologias da informação, apenas mudou a forma de a equacionar. É verdade que o alargamento do campo de escolha potencia os vícios, mas também as oportunidades para as virtudes humanas se exercitarem de modo a que o bem da humanidade possa levar a melhor. Como nos diz Hume, no seu *Tratado sobre a Natureza Humana*, “basta que o plano global seja o necessário para conservar a sociedade civil e que, no essencial, a balança do bem prepondere sobre o mal. Ainda que as leis gerais do universo tenham sido planeadas com Infinita sabedoria, são incapazes de excluir todo o mal ou inconveniência de cada operação particular.”

Referências

- Alves, André Azevedo, “Estudo Introdutório” a Huerta de Soto (2005),11-38.
- Alves, André Azevedo e Moreira, José Manuel, *Cidadania digital e democratização electrónica*, SPI-Principia, Cascais, 2005
- Bergonzelli, P y Sandra Colombo, “La Sociedad de la Información” em *Contributos a la Economía*, Febrero 2006, <http://www.eumed.net/ce/>
- Cassiolato, José E., “A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas” em Lastres e Albagli (org.) in *Informação e Globalização na era do conhecimento*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1999.
- De Masi, Domenico, *A sociedade pós industrial*, Editora Senac, São Paulo, 2000.
- Gabb, Sean, “Markets, the Internet and Morality” in O’Keeffe, Dennis (ed.) *Economy and Virtue: essays on the theme of Markets and Morality*, IEA, London, 2004,147-160.
- Harper, Jim, “The Dangers of Digital Age Identification” in *Identity Crisis: How Identification Is Overused and Misunderstood*, Cato Institute, Washington, 2006, pp. 155-198.
- Hayek, F. A., *Los fundamentos de la Libertad*, Unión Editorial, Madrid, 1991.
- Hayek, F. A., *The Fatal Conceit, The errors of socialism*, edited W.W. Bartley III, The University of Chicago Press, Chicago, 1999.

- Huerta de Soto, Jesus, *Escola Austríaca, Mercado e Criatividade Empresarial*, O Espírito das Leis, Lisboa, 2005
- Kirzner, Israel M., *Discovery, Capitalism, and Distributive Justice*, Basil Blackwell, Oxford; New York.
- Kumar, Kristian, *Da sociedade pós industrial à pós moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997.
- Lastres, Helena, "Ciência e tecnologia na era do Conhecimento: um óbvio papel estratégico?", *Revista Parcerias Estratégicas*, 9, Outubro 2000.
- Lemos, Cristina, "Inovação na era do conhecimento" em Lastres e Albagli (org.) *Informação e Globalização na era do conhecimento*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1999.
- Milton, John, *Aeropagítica*, Everyman, London, 1907, p. 18.
- Moreira, José Manuel -"Ética e Deontologia Profissional: Novas Responsabilidades do Engenheiro", in (Actas de) *ESTRUTURAS 2002, Os novos desafios na qualidade das obras*, LNEC, Lisboa, 2002,11-21.
- Moreira, José Manuel, *A Contas com a Ética Empresarial*, Principia, Cascais, 1999.
- Polanyi, Michael, *The study of man*, The University of Chicago Press, Chicago, 1959.
- Segura, Juan Maria "Es internet una oportunidad o una amenaza para la democracia?", *Libertas*, 41, Octubre 2004.